

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA - DGP
GESTÃO PÚBLICA

**EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO, VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA
E RESULTADOS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE PITIMBU-PB**
(2020-2026*)

LUAN GABRIEL AZEVEDO BARBALHO

JOÃO PESSOA - PB,

MARÇO/2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B228e Barbalho, Luan Gabriel Azevedo.

Emprego público temporário, vulnerabilidade socioeconômica e resultados eleitorais: uma análise do município de Pitimbu - PB (2020-2026*) / Luan Gabriel Azevedo Barbalho. - João Pessoa, 2026.

37 f. : il.

Orientação: Vico Dênis Sousa de Melo.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Administração pública. 2. contratações temporárias. 3. Ciclo político-eleitoral. 4. Vulnerabilidade socioeconômica. 5. Política local. 6. Clientelismo. 7. Pitimbu - PB. I. Melo, Vico Dênis Sousa de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, pela vida, pela saúde e pela oportunidade de estudar, trabalhar e buscar meus objetivos. Por ter me sustentado nos momentos mais difíceis, me livrado de tantas situações e me concedido não apenas forças, mas também o dom de sonhar e acreditar que é possível alcançar mais. Por, em meio a tantas incertezas, ter me sustentado em fé.

Aos meus pais, por todo amor, esforço e dedicação ao longo de toda a minha vida. Mesmo em tempos difíceis, nunca deixaram que me faltasse o essencial e sempre acreditaram no meu potencial. Ao meu pai, por muitas vezes ter colocado seu próprio nome à frente, abrindo caminhos para que eu pudesse trilhar o meu próprio, confiando em mim antes mesmo de eu ter certeza. À minha mãe, por sua generosidade em todos os sentidos, pelos gestos simples e cheios de significado que marcaram minha vida. Lembro com carinho, de quando preparava suco em pó e, com todo cuidado, colocava em uma caixinha de suco, adaptando-a com fita para que parecesse igual às demais, tudo para que eu me sentisse incluído, como qualquer outra criança. São atitudes assim que traduzem o amor, o zelo e a grandeza que sempre estiveram presentes na minha criação.

Ao meu irmão, que, mesmo sem compreender totalmente, em muitos momentos foi motivo de força e razão para seguir em frente. Prometo ser para você um exemplo, assim como nosso pai sempre foi para mim.

À minha namorada, por ser fundamental não apenas neste trabalho, mas na minha vida. Pela paciência, pelo apoio constante, por me ouvir, me acalmar nos momentos mais difíceis e por ser esse ponto de equilíbrio que eu tanto precisava, só não sabia que sempre esteve perto. Obrigado por toda ajuda na construção deste trabalho, nos detalhes, nos momentos de tensão e, principalmente, por ser quem você é.

Ao corpo docente do curso de Gestão Pública da UFPB, pela formação acadêmica proporcionada ao longo da graduação, em especial aos professores que compõem a banca examinadora, professor Vico, professora Glenda e professora Joyce, pela disponibilidade em participar deste momento e pela leitura e avaliação desta pesquisa.

Ao meu orientador, pela condução deste trabalho, pelas orientações e pelo acompanhamento ao longo de todo o processo de construção deste estudo.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho e para a minha formação acadêmica e pessoal. Sigo, mais do que nunca, ciente de que, de incertezas e incertezas, vamos tendo certeza, que vale a pena seguir.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura de vínculos administrativos da Prefeitura de Pitimbu (2020-2026*);

Tabela 2 - Contratações temporárias na administração municipal (Prefeitura + FMS);

Tabela 3 - Participação percentual das contratações temporárias na estrutura administrativa;

Tabela 4 – Relação entre servidores efetivos e contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu (2020-2026*);

Tabela 5 - Participação ampliada do emprego público municipal no total de vínculos formais de trabalho em Pitimbu (2023);

Tabela 6 - Relação entre vínculos administrativos municipais e votos válidos nas eleições municipais de Pitimbu (2024).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	11
3 CICLOS POLÍTICO-ELEITORAIS E INCENTIVOS DOS GOVERNANTES	13
3.1 Patrimonialismo e estrutura do Estado brasileiro	14
3.2 Vulnerabilidade socioeconômica e dependência do setor público	14
3.3 Clientelismo, distribuição de recursos e competição eleitoral	15
4 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO	17
4.1 Evolução das contratações temporárias (2020–2026)	18
4.2 Peso relativo das contratações temporárias na estrutura administrativa	21
4.3 Vulnerabilidade socioeconômica e centralidade do emprego público	25
4.4 Contratações temporárias e dinâmica do ciclo político municipal	29
4.5 Estrutura administrativa e potencial influência eleitoral	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

**EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO, VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA
E RESULTADOS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE PITIMBU-PB
(2020-2026*)**

Luan Gabriel Azevedo Barbalho

Dr. Vico Dênis Sousa de Melo

RESUMO

Este artigo analisa a evolução das contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu, no estado da Paraíba, no período de 2020 a 2026, investigando possíveis padrões associados ao ciclo político-eleitoral em contexto de vulnerabilidade socioeconômica. O estudo parte da literatura de ciência política sobre ciclos políticos e da discussão clássica sobre a relação entre estrutura administrativa e dinâmica de poder em municípios brasileiros. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa de estudo de caso único, utilizando dados administrativos extraídos do sistema SAGRES do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, referentes aos vínculos de pessoal da Prefeitura Municipal. A análise da série temporal revela crescimento significativo das contratações temporárias após o processo eleitoral de 2020, com novo aumento observado no ano eleitoral de 2024 e expansão adicional no período imediatamente posterior à reeleição da gestora municipal em 2025. Os resultados indicam que os vínculos temporários representam parcela expressiva da estrutura administrativa municipal ao longo do período analisado. Em contexto caracterizado por restrição do mercado de trabalho privado e elevada vulnerabilidade socioeconômica, o emprego público assume papel relevante na dinâmica econômica local, o que pode ampliar a visibilidade social de decisões administrativas relacionadas à contratação de pessoal. Embora o estudo não estabeleça relação causal direta entre contratações e resultados eleitorais, os padrões observados mostram-se compatíveis com interpretações da literatura sobre ciclos político-eleitorais em contextos municipais.

Palavras-chave

administração pública; contratações temporárias; ciclo político-eleitoral; vulnerabilidade socioeconômica; política local, Pitimbu; clientelismo.

ABSTRACT

This article analyzes the evolution of temporary hiring in the municipal administration of Pitimbu, in the state of Paraíba, Brazil, between 2020 and 2026, investigating possible patterns associated with the political-electoral cycle in a context of socioeconomic vulnerability. The study draws on political science literature on political budget cycles and classical discussions about the relationship between administrative structures and political dynamics in Brazilian municipalities. Methodologically, the research adopts a qualitative descriptive case study approach, using administrative data extracted from the SAGRES system of the Court of Accounts of the State of Paraíba, referring to personnel records of the municipal government. The analysis of the time series reveals a significant increase in temporary hiring after the 2020 electoral process, with another increase observed during the 2024 municipal election year and additional expansion in the period immediately following the reelection of the mayor in 2025. The results indicate that temporary contracts represent a substantial share of the municipal administrative structure throughout the analyzed period. In a context characterized by a restricted private labor market and high socioeconomic vulnerability, public employment plays an important role in the local economic structure, which may increase the social visibility of administrative decisions related to hiring personnel. Although the study does not establish a direct causal relationship between hiring practices and electoral outcomes, the observed patterns are consistent with interpretations found in the literature on political-electoral cycles in municipal contexts.

Keywords:

public administration; temporary hiring; political-electoral cycle; socioeconomic vulnerability; local politics, Pitimbu; clientelism

1 - INTRODUÇÃO

Nos municípios brasileiros de pequeno porte, a administração pública frequentemente assume papel central na organização da vida econômica e social local. Em contextos caracterizados por baixa diversificação produtiva, elevada dependência de transferências intergovernamentais e restrito mercado de trabalho privado, o setor público tende a desempenhar função relevante na geração de renda e oportunidades ocupacionais. Nesse cenário, decisões administrativas relacionadas à estrutura de pessoal podem produzir efeitos que extrapolam sua dimensão estritamente burocrática, alcançando a dinâmica econômica e política local.

A literatura em ciência política tem explorado esse fenômeno por meio da teoria dos ciclos político-eleitorais, segundo a qual governantes incumbentes tendem a ajustar políticas públicas e decisões administrativas em função do calendário eleitoral, buscando maximizar apoio político e ampliar suas chances de permanência no poder. Em ambientes institucionais nos quais o Estado representa um dos principais provedores de renda e emprego, estratégias administrativas podem assumir papel significativo na formação e manutenção de coalizões políticas.

Entre essas estratégias, as contratações temporárias na administração pública municipal apresentam características particularmente relevantes para análise política. Diferentemente dos vínculos efetivos, essas contratações possuem maior flexibilidade de admissão e desligamento, menor estabilidade institucional e impacto direto na renda das famílias locais. Em municípios com limitada oferta de emprego no setor privado, tais vínculos podem adquirir elevada visibilidade social e potencial relevância na dinâmica eleitoral.

Além disso, contextos de vulnerabilidade socioeconômica podem amplificar a sensibilidade do eleitorado à políticas distributivas de curto prazo. Municípios com renda média baixa, elevada dependência de transferências fiscais e mercado de trabalho privado com limitada capacidade de absorção da mão de obra local tendem a apresentar maior centralidade do poder executivo municipal na organização da economia local. Nesses

ambientes, o emprego público pode funcionar simultaneamente como instrumento administrativo e recurso político indireto.

O município de Pitimbu, localizado no estado da Paraíba, apresenta características que tornam esse fenômeno particularmente relevante para investigação. Com população estimada em pouco mais de 17 mil habitantes, elevado percentual de população com renda de até meio salário mínimo e estrutura econômica limitada, o município oferece condições propícias para analisar a relação entre estrutura administrativa e dinâmica eleitoral.¹

Entre 2020 e 2026, Pitimbu experimentou um período politicamente significativo, marcado por reconfiguração do grupo político local, consolidação de nova liderança municipal e realização de dois ciclos eleitorais. Esse contexto fornece oportunidade empírica relevante para observar o comportamento das contratações temporárias ao longo de diferentes momentos do ciclo político.

Diante desse cenário, o presente estudo parte da seguinte pergunta de pesquisa: **em que medida as contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu (PB) apresentam comportamento associado ao ciclo político-eleitoral em contexto de vulnerabilidade socioeconômica?**

A hipótese explorada neste artigo é que, em contextos de restrição econômica e limitada oferta de emprego no setor privado, a expansão de vínculos temporários na administração pública municipal tende a desempenhar papel relevante na consolidação política de grupos incumbentes, podendo apresentar variações associadas ao calendário eleitoral.

Para investigar essa questão, o artigo analisa a evolução das contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu-PB entre 2020 e 2026, utilizando dados administrativos oficiais do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. A análise busca identificar padrões de variação nesses vínculos ao longo de diferentes momentos do ciclo político local.

Ao examinar empiricamente a evolução do emprego público temporário em um município de pequeno porte, este estudo pretende contribuir para o debate sobre relações entre estrutura administrativa municipal, vulnerabilidade socioeconômica e dinâmica política local,

¹ Dados socioeconômicos do município disponíveis em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cidades e Estados: Pitimbu - PB. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 mar. 2026.

ampliando a compreensão sobre como características estruturais da economia municipal podem influenciar a interação entre administração pública e competição eleitoral.

Nesse sentido, destaca-se que a presente análise não se limita à descrição dos dados administrativos, mas incorpora uma leitura interpretativa a partir do contexto empírico observado. Ao longo da pesquisa, buscou-se compreender não apenas a variação quantitativa das contratações temporárias, mas também sua inserção na realidade socioeconômica e política local, evidenciando como essas dinâmicas se manifestam concretamente no município de Pitimbu.

A proximidade com a realidade estudada possibilita uma leitura mais sensível das relações entre estrutura administrativa, vulnerabilidade socioeconômica e comportamento político, permitindo não apenas a análise dos dados, mas também a interpretação de suas implicações no cotidiano da população. Nesse sentido, a pesquisa busca articular rigor analítico e experiência empírica, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas locais de poder.

A partir da fundamentação teórica e da contextualização do problema de pesquisa, torna-se necessário apresentar os procedimentos metodológicos adotados para a análise empírica do fenômeno investigado. Nesse sentido, a seção seguinte descreve as estratégias utilizadas para coleta, organização e interpretação dos dados.

2. METODOLOGIA

O presente estudo adota abordagem qualitativa, utilizando a estratégia metodológica de estudo de caso único, aplicada ao município de Pitimbu, localizado no estado da Paraíba. O objetivo da pesquisa é analisar a evolução das contratações temporárias na administração pública municipal e identificar possíveis padrões associados ao ciclo político-eleitoral em contexto de vulnerabilidade socioeconômica.

A escolha do município de Pitimbu como unidade de análise se justifica por suas características estruturais típicas de municípios brasileiros de pequeno porte, incluindo elevada dependência de transferências intergovernamentais, mercado de trabalho privado limitado e forte centralidade da administração pública na geração de renda local. Essas condições tornam o caso particularmente relevante para investigar a relação entre emprego público e dinâmica política municipal.

Os dados utilizados na pesquisa foram obtidos a partir do sistema SAGRES, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que disponibiliza informações detalhadas sobre vínculos de pessoal na administração pública municipal. Foram analisados os registros administrativos referentes à Prefeitura Municipal de Pitimbu, considerando especificamente três categorias de vínculos administrativos:

- contratações por excepcional interesse público (temporários);
- cargos comissionados;
- servidores efetivos.

Inicialmente, considerou-se a possibilidade de ampliação do recorte temporal para incluir dados referentes ao ano de 2019, com o objetivo de captar um período anterior ao ciclo eleitoral analisado. No entanto, não foram identificados dados consistentes e plenamente comparáveis no sistema SAGRES para esse período, o que inviabilizou sua incorporação à análise.

Adicionalmente, a pesquisa concentrou-se nos vínculos da Prefeitura Municipal de Pitimbu e do Fundo Municipal de Saúde (FMS), em razão de limitações técnicas no acesso completo aos dados de outros órgãos e períodos no sistema SAGRES, especialmente para o ano de 2025.

Ressalta-se que esse recorte não compromete os objetivos do estudo, uma vez que a Prefeitura e o FMS concentram a maior parte dos vínculos administrativos municipais, sendo, portanto, representativos da dinâmica do emprego público local. Além disso, tais órgãos exercem papel central na execução de políticas públicas e na geração de renda no município.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período entre 2020 e março de 2026, abrangendo dois ciclos eleitorais municipais (2020 e 2024), bem como os anos subsequentes às eleições. Esse recorte permite observar o comportamento das contratações temporárias em diferentes momentos do ciclo político, incluindo períodos eleitorais, anos intermediários de gestão e o período posterior à reeleição da gestora municipal.

Além dos dados administrativos referentes aos vínculos de pessoal, foram considerados indicadores socioeconômicos do município, obtidos a partir de bases de dados públicas, incluindo informações sobre população, renda média e proporção de habitantes em situação de vulnerabilidade econômica. Esses indicadores são utilizados para contextualizar o papel do emprego público na estrutura econômica local.

A análise foi conduzida por meio de série temporal descritiva, buscando identificar variações no número de contratações temporárias ao longo do período analisado e observar possíveis associações com o calendário eleitoral municipal. Ressalta-se que o estudo não pretende estabelecer relações de causalidade direta entre contratações e resultados eleitorais, mas sim identificar padrões empíricos compatíveis com a literatura sobre ciclos político-eleitorais em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

A partir da fundamentação teórica e da contextualização do problema de pesquisa, torna-se necessário apresentar os procedimentos metodológicos adotados para a análise empírica do fenômeno investigado. Nesse sentido, a seção seguinte descreve as estratégias utilizadas para coleta, organização e interpretação dos dados.

3. CICLOS POLÍTICO-ELEITORAIS E INCENTIVOS DOS GOVERNANTES

A literatura sobre ciclos político-eleitorais parte da premissa de que governantes possuem incentivos para ajustar políticas públicas em função do calendário eleitoral. Modelos clássicos indicam que incumbentes podem ampliar gastos públicos, benefícios ou políticas visíveis aos eleitores em períodos próximos às eleições, buscando aumentar apoio político e melhorar suas chances de permanência no poder (Nordhaus, 1975).

Esses comportamentos podem se manifestar tanto por meio de políticas fiscais agregadas quanto por decisões administrativas específicas, como expansão de programas públicos ou ampliação do quadro de pessoal. Em contextos municipais, nos quais a proximidade entre governantes e eleitores é maior, tais estratégias podem assumir formas particularmente visíveis, incluindo a expansão de vínculos administrativos temporários.

Em municípios de pequeno porte, onde a estrutura econômica é limitada e o setor público ocupa papel central na geração de renda, essas decisões administrativas podem exercer impacto relevante sobre a dinâmica política local.

A análise da relação entre administração pública e poder político também encontra fundamentos importantes na teoria sociológica de Max Weber. Para Weber (1999), a burocracia moderna constitui um dos pilares da racionalização do Estado, baseada em regras impessoais, hierarquia administrativa e profissionalização do serviço público.

No modelo ideal de burocracia, o recrutamento de servidores ocorre por critérios técnicos e meritocráticos, garantindo estabilidade institucional e autonomia relativa em relação a interesses políticos imediatos. Entretanto, quando estruturas administrativas passam a ser utilizadas como instrumentos de mobilização política, observa-se um afastamento do modelo racional-legal weberiano.

Em contextos locais caracterizados por forte personalização da política e menor institucionalização burocrática, vínculos administrativos flexíveis, como contratações temporárias, podem assumir relevância política significativa. Em municípios de pequeno porte, onde o Estado frequentemente ocupa posição central na estrutura econômica local, relações políticas personalizadas tendem a influenciar a dinâmica administrativa e eleitoral (Leal, 2012; Faoro, 2001)

3.1 Patrimonialismo e estrutura Do Estado Brasileiro

A literatura brasileira oferece contribuições importantes para compreender as particularidades da relação entre Estado e poder político no país. Em sua interpretação clássica sobre a formação do Estado brasileiro, Raymundo Faoro (2001) argumenta que a estrutura estatal historicamente se desenvolveu sob forte influência patrimonialista, na qual os limites entre esfera pública e interesses privados tendem a se tornar difusos.

Nesse modelo, o aparelho administrativo pode funcionar não apenas como instrumento de gestão pública, mas também como mecanismo de organização de redes de poder e influência política. Essa interpretação sugere que a estrutura do Estado pode ser mobilizada para sustentar relações de dependência política e social.

Em contextos municipais, onde o poder executivo concentra grande parte da capacidade decisória e distributiva, essa dinâmica pode se manifestar por meio da gestão de cargos e vínculos administrativos.

A literatura sobre a formação social brasileira também destaca o papel das relações pessoais e redes de proximidade na organização da vida política local. Sérgio Buarque de Holanda (1995) observa que, historicamente, as relações políticas no país foram frequentemente estruturadas por vínculos pessoais e formas de sociabilidade que aproximam esfera pública e relações privadas, característica que pode influenciar a dinâmica administrativa em contextos municipais.

3.2 Vulnerabilidade socioeconômica e dependência do setor público

A relação entre vulnerabilidade econômica e comportamento político também constitui elemento relevante para análise. Municípios com baixo dinamismo econômico e reduzida oferta de emprego no setor privado tendem a apresentar maior dependência da administração pública como fonte de renda e oportunidades ocupacionais. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em diversos municípios de pequeno porte brasileiros o setor público representa parcela significativa dos vínculos formais de trabalho, especialmente em localidades com menor diversificação econômica (BRASIL, 2023).

Esse cenário pode ser observado no município de Pitimbu (PB), onde, segundo dados da RAIS de 2023, o setor público representa parcela expressiva dos vínculos formais de

emprego local. Tal configuração reforça a centralidade da administração pública na dinâmica econômica municipal, ampliando o impacto social e político das decisões relacionadas à estrutura de pessoal, potencialmente influenciando a percepção dos cidadãos em relação ao governo local.

Assim, a interação entre vulnerabilidade socioeconômica, dependência fiscal e estrutura administrativa pode criar condições nas quais o emprego público temporário assume papel relevante na dinâmica política municipal

A política municipal brasileira apresenta características específicas que historicamente foram analisadas por Victor Nunes Leal (2012) em sua obra clássica sobre o coronelismo. O autor argumenta que, em contextos de baixa autonomia econômica da população e forte dependência do poder local, as relações políticas podem ser mediadas por mecanismos de troca e dependência.

Embora o fenômeno descrito por Leal esteja associado a períodos históricos anteriores, muitos estudos posteriores indicam que estruturas de dependência política podem persistir em diferentes formas institucionais², especialmente em localidades onde o poder público concentra recursos econômicos relevantes.

Em municípios com reduzida diversificação produtiva, o controle sobre recursos administrativos — incluindo cargos e vínculos públicos — pode representar importante instrumento de organização política.

3.3 Clientelismo, distribuição de recursos e competição eleitoral

A literatura contemporânea em ciência política também tem investigado como a distribuição de benefícios materiais pode influenciar a competição eleitoral. Estudos sobre clientelismo político indicam que governantes podem utilizar recursos públicos para fortalecer redes de apoio político, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, Susan Stokes destaca que práticas distributivas podem emergir em ambientes onde o Estado possui capacidade de direcionar benefícios específicos a indivíduos

² Entre estudos que discutem a persistência de práticas clientelistas e relações de dependência política no contexto brasileiro destacam-se Abranches (1988), Ames (2003) e Nunes (2010).

ou grupos sociais. Tais práticas tendem a ser mais eficazes em contextos nos quais eleitores enfrentam restrições econômicas significativas.

A vulnerabilidade socioeconômica, portanto, pode ampliar a sensibilidade da população a políticas distributivas de curto prazo, criando condições nas quais decisões administrativas adquirem relevância política.

A relação entre vulnerabilidade social e comportamento político também pode ser compreendida a partir das contribuições de Amartya Sen, que destaca como limitações econômicas podem restringir o conjunto de escolhas disponíveis aos indivíduos.

Embora a análise de Sen esteja voltada principalmente para desenvolvimento humano e pobreza, suas reflexões ajudam a compreender como contextos de privação socioeconômica podem influenciar decisões individuais e coletivas. Em ambientes nos quais oportunidades econômicas são escassas, benefícios associados à atuação do Estado podem adquirir relevância ampliada na vida cotidiana.

Nesse sentido, a centralidade da administração pública em economias locais vulneráveis pode contribuir para que decisões administrativas sejam percebidas não apenas como políticas públicas, mas também como fatores que influenciam diretamente as condições materiais da população.

À luz dessas interpretações teóricas sobre burocracia, patrimonialismo, clientelismo e vulnerabilidade socioeconômica, torna-se possível examinar empiricamente como essas dinâmicas podem se manifestar na estrutura administrativa de um município específico. A seção seguinte apresenta a análise da evolução das contratações temporárias no município de Pitimbu.

A partir do referencial teórico apresentado, torna-se possível avançar para a análise empírica do caso estudado. Nesse sentido, a seção seguinte examina a estrutura administrativa do município de Pitimbu, buscando identificar como as dinâmicas discutidas na literatura se manifestam concretamente no contexto local.

4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

A compreensão da dinâmica das contratações temporárias exige inicialmente a análise da estrutura administrativa da administração pública municipal. Nos municípios brasileiros, o quadro de pessoal geralmente se organiza a partir de três categorias principais de vínculos: servidores efetivos, cargos comissionados e contratações por excepcional interesse público.

Os servidores efetivos constituem o núcleo permanente da burocracia estatal. Esses profissionais são selecionados por meio de concurso público e possuem estabilidade funcional após estágio probatório, característica que visa garantir continuidade administrativa, profissionalização da burocracia e relativa autonomia em relação às mudanças políticas. Esse modelo institucional aproxima-se do ideal de burocracia racional-legal descrito por Max Weber, no qual a administração pública se estrutura a partir de regras formais, hierarquia administrativa e critérios impessoais de recrutamento.

Os cargos comissionados, por sua vez, são posições de livre nomeação e exoneração, geralmente destinadas ao exercício de funções de direção, chefia ou assessoramento. Por sua natureza política, esses cargos permitem maior discricionariedade ao chefe do poder executivo na composição de sua equipe administrativa, constituindo instrumento tradicional de organização da estrutura de governo.

A terceira categoria corresponde às contratações por excepcional interesse público, que representam vínculos temporários previstos na legislação administrativa brasileira para atender necessidades transitórias da administração pública. Em termos legais, essa modalidade de contratação deveria ser utilizada para situações específicas e temporárias, como substituição de servidores afastados ou execução de atividades emergenciais.

Entretanto, em muitos municípios brasileiros, especialmente aqueles de pequeno porte, as contratações temporárias passam a ocupar espaço significativo na composição da força de trabalho do setor público. Esse fenômeno pode estar associado a diversos fatores institucionais e administrativos, incluindo limitações fiscais, ausência de concursos públicos recentes ou necessidade de maior flexibilidade na gestão de pessoal.

Além disso, a literatura sobre administração pública e política local sugere que, em determinados contextos institucionais, vínculos administrativos flexíveis podem adquirir relevância política indireta. Em sua análise sobre a formação do Estado brasileiro, Raymundo

Faoro argumenta que a relação entre Estado e sociedade historicamente se desenvolveu sob forte influência patrimonialista, na qual estruturas administrativas podem ser mobilizadas como instrumentos de organização do poder político.

De forma semelhante, interpretações clássicas da política brasileira indicam que a administração pública municipal frequentemente se insere em contextos nos quais relações pessoais e redes locais de poder exercem influência significativa sobre a dinâmica política. Conforme apontado por Sérgio Buarque de Holanda, a organização das relações políticas no país frequentemente se desenvolveu a partir de vínculos pessoais e formas de sociabilidade que ultrapassam a lógica estritamente institucional.

Nesse sentido, a estrutura administrativa municipal não pode ser compreendida apenas como arranjo técnico de gestão pública, mas também como elemento inserido em contextos políticos e sociais específicos. Em municípios caracterizados por menor diversificação econômica e maior centralidade do poder executivo local, decisões relacionadas à gestão de pessoal podem assumir relevância ampliada na dinâmica política.

Dessa forma, a análise da estrutura de vínculos administrativos no município de Pitimbu constitui etapa fundamental para compreender a evolução das contratações temporárias e sua possível relação com o contexto político e socioeconômico local.

4.1 Evolução das contratações temporárias (2020–2026)

A análise da evolução das contratações temporárias no município de Pitimbu permite observar variações significativas na estrutura administrativa da Prefeitura ao longo do período analisado. Os dados obtidos a partir do sistema SAGRES do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba revelam mudanças relevantes na composição dos vínculos administrativos entre 2020 e março de 2026.

A Tabela 1 apresenta a evolução do número de servidores temporários, efetivos e ocupantes de cargos comissionados na administração municipal.

Tabela 1 – Estrutura de vínculos administrativos da Prefeitura de Pitimbu (2020–2026).

Ano	Temporários	Comissionados	Efetivos	Total
2020	429	118	334	881
2021	754	131	332	1.217
2022	871	92	294	1.257
2023	719	109	589	1.417
2024	751	136	529	1.416
2025	866	173	501	1.540
2026*	478	158	433	1.069

* Dados referentes ao primeiro trimestre de 2026.

Fonte:Elaboração própria com base em dados do SAGRES - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Os dados indicam crescimento expressivo das contratações temporárias nos anos imediatamente posteriores ao ciclo eleitoral de 2020. Enquanto no ano eleitoral foram registrados 429 vínculos temporários, esse número aumentou para 754 em 2021 e atingiu 871 em 2022, representando expansão significativa da participação desse tipo de vínculo na estrutura administrativa municipal.

Essa expansão também pode ser observada quando se compara o número de servidores temporários com o de servidores efetivos. Em 2020, por exemplo, o número de contratações temporárias já superava o total de servidores efetivos. Essa diferença torna-se ainda mais expressiva nos anos seguintes, especialmente em 2021 e 2022, quando os vínculos temporários ultrapassam de forma significativa o número de servidores permanentes.

O comportamento da série apresenta alteração em 2023, quando ocorre redução parcial das contratações temporárias, ao mesmo tempo em que se observa crescimento expressivo do número de servidores efetivos. Essa mudança pode estar associada a processos administrativos específicos, como realização de concursos públicos ou reorganização da estrutura de pessoal da administração municipal.

No ano eleitoral de 2024 observa-se novo crescimento das contratações temporárias, atingindo 751 vínculos. Embora inferior ao pico registrado em 2022, esse aumento coincide com o período eleitoral municipal, o que permite observar possível associação entre variações administrativas e o calendário político local.

O período imediatamente posterior à eleição apresenta novo aumento no número de contratações temporárias, atingindo 866 vínculos em 2025, o maior valor registrado na série histórica analisada. Esse crescimento ocorre em contexto de reeleição da gestora municipal e consolidação da liderança política local.

Já os dados referentes a março de 2026 indicam redução significativa no número de vínculos temporários, passando para 478 contratações. Essa redução pode sugerir processo de ajuste administrativo após o ciclo eleitoral, fenômeno frequentemente observado em administrações públicas após períodos de maior expansão do quadro de pessoal.

De forma geral, a série analisada revela que as contratações temporárias ocupam papel relevante na estrutura administrativa municipal ao longo do período estudado. Em diversos momentos da série histórica, o número de vínculos temporários supera o número de servidores efetivos, indicando forte presença desse tipo de contratação na composição da força de trabalho da administração municipal. A análise detalhada da participação percentual desses vínculos, apresentada na seção seguinte, demonstra que em determinados anos os contratos temporários chegam a representar mais de 60% da força de trabalho administrativa, podendo alcançar proporções ainda mais elevadas quando considerados conjuntamente os cargos comissionados.

A partir da análise desses dados, observa-se que a expansão das contratações temporárias não se apresenta como fenômeno isolado, mas sim como parte de um padrão recorrente na gestão municipal ao longo do período analisado. Tal comportamento sugere que essas contratações assumem função estruturante dentro da administração pública local, indo além de sua natureza excepcional prevista na legislação.

Diante da evolução observada no número absoluto de contratações temporárias, torna-se necessário analisar também sua participação relativa na estrutura administrativa municipal, de modo a compreender o peso desses vínculos no conjunto da força de trabalho pública.

4.2 Peso relativo das contratações temporárias na estrutura administrativa

Além da análise dos números absolutos de vínculos administrativos, é relevante examinar o peso relativo das contratações temporárias na composição da força de trabalho da administração municipal. Essa análise permite compreender não apenas o crescimento do número de contratos temporários, mas também sua participação proporcional na estrutura administrativa do município.

Para compreender de forma mais abrangente a dimensão das contratações temporárias na administração municipal, a análise também considera os vínculos registrados no Fundo Municipal de Saúde (FMS), unidade responsável por parcela significativa da execução das políticas públicas locais

Tabela 2 - Contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu (Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde)

Ano	Temporários Prefeitura	Temporários FMS	Total Temporários
2020	429	223	652
2021	754	298	1.052
2022	871	308	1.179
2023	719	299	1.018
2024	751	222	973
2025	866	244	1.110
2026*	478	193	671

* Dados referentes ao primeiro trimestre de 2026.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SAGRES - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

A tabela 2 apresenta a evolução das contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu considerando os vínculos registrados tanto na prefeitura quanto no Fundo Municipal de Saúde.

Para ampliar a precisão da análise, foram incluídos também os dados referentes ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), unidade gestora responsável por parcela significativa da execução das políticas públicas locais. Embora possua gestão administrativa própria, o fundo integra a estrutura da administração municipal e sua força de trabalho compõe, na prática, o quadro de servidores vinculados ao poder executivo local.

Dessa forma, a análise das contratações temporárias considera conjuntamente os vínculos registrados na Prefeitura de Pitimbu e no Fundo Municipal de Saúde, permitindo uma compreensão mais abrangente da estrutura administrativa do município.

A Tabela 3 apresenta a participação percentual das contratações temporárias na estrutura administrativa municipal, considerando os vínculos registrados tanto na Prefeitura de Pitimbu quanto no Fundo Municipal de Saúde.

Tabela 3 – Participação percentual das contratações temporárias na estrutura administrativa

Ano	Total de Temporários	Total de Servidores	% Temporários
2020	652	1.263	51,6%
2021	1.052	1.697	62,0%
2022	1.179	1.754	67,2%
2023	1.018	1.913	53,2%
2024	973	1.803	54,0%
2025	1.110	1.979	56,1%
2026*	671	1.429	47,0%

* Dados referentes ao primeiro trimestre de 2026.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SAGRES - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Para o cálculo da participação percentual das contratações temporárias, considerou-se o total de vínculos administrativos registrados na Prefeitura de Pitimbu e no Fundo Municipal

de Saúde, incluindo cargos efetivos, comissionados e contratações por excepcional interesse público.

A evolução das contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu revela crescimento expressivo nos anos imediatamente posteriores ao ciclo eleitoral de 2020, atingindo seu ponto máximo em 2022. Mesmo com oscilações ao longo da série histórica, o número de vínculos temporários permanece elevado durante todo o período analisado, indicando que esse tipo de contratação constitui elemento central na organização da força de trabalho municipal. A manutenção de níveis elevados de contratações temporárias sugere forte dependência da administração pública em relação a vínculos administrativos de natureza precária.

Os dados indicam que as contratações temporárias representaram parcela significativa da estrutura administrativa municipal ao longo de todo o período analisado. Em diversos momentos da série histórica, os vínculos temporários corresponderam à maioria dos servidores da administração municipal.

O crescimento mais expressivo ocorre entre 2021 e 2022, quando a participação dos vínculos temporários ultrapassa 60% do total de servidores e atinge aproximadamente 67% em 2022. Esse dado indica que, naquele momento, a maior parte da força de trabalho da administração municipal era composta por vínculos administrativos de caráter temporário.

Em 2023 observa-se redução relativa da participação desses vínculos, acompanhada por aumento significativo do número de servidores efetivos. Ainda assim, os contratos temporários continuam representando parcela relevante da estrutura administrativa.

Nos anos seguintes, especialmente em 2024 e 2025, os vínculos temporários permanecem representando mais da metade do total de servidores em diversos momentos da série histórica. Esse padrão reforça a importância desse tipo de contratação na composição da estrutura administrativa do município.

Os dados referentes ao início de 2026 indicam redução na participação relativa dos vínculos temporários, sugerindo possível processo de reorganização administrativa após o ciclo eleitoral.

De modo geral, a análise da participação proporcional das contratações temporárias revela que esse tipo de vínculo desempenha papel central na estrutura administrativa

municipal ao longo do período analisado. Essa predominância torna particularmente relevante a investigação de possíveis relações entre a evolução desses vínculos e a dinâmica política local.

Para aprofundar a análise da estrutura administrativa municipal, apresenta-se a relação entre o número de servidores efetivos e as contratações temporárias no município de Pitimbu. Essa relação é amplamente utilizada por órgãos de controle para avaliar o grau de dependência da administração pública em relação a vínculos precários de trabalho.

Tabela 4 - Relação entre servidores efetivos e contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu (2020-2026*)

Ano	Efetivos	Temporários	Relação (%) Efetivos/Temporários
2020	334	652	195,2%
2021	332	1.052	316,8%
2022	294	1.179	401,0%
2023	589	1.018	172,8%
2024	529	973	184,0%
2025	501	1.110	221,5%
2026*	433	671	154,9%

* Dados referentes ao primeiro trimestre de 2026.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SAGRES - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

A predominância de vínculos temporários em relação aos servidores efetivos sugere que esse tipo de contratação passou a desempenhar papel estrutural na administração pública municipal. Em contextos de municípios de pequeno porte e elevada dependência do setor público, como é o caso de Pitimbu (PB) - cujo perfil socioeconômico será discutido posteriormente - essa configuração administrativa pode produzir impactos relevantes não apenas na organização da gestão pública, mas também na dinâmica social e política local.

A inclusão dos dados referentes ao primeiro trimestre de 2026 indica manutenção do padrão observado nos anos anteriores. Mesmo com redução relativa do número de vínculos temporários em comparação com 2025, a relação entre contratações temporárias e servidores efetivos permanece elevada, alcançando aproximadamente 154,9% - ressalta-se que o próprio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba estabelece, por meio da RN-TC nº 04/2024, limite de 30% de contratações temporárias em relação ao número de servidores efetivos, de modo a preservar o caráter excepcional dessa forma de ingresso no serviço público. Esse resultado indica que o número de servidores temporários continua superando significativamente o quantitativo de servidores efetivos na estrutura administrativa municipal.

Nesse contexto, a elevada participação dos vínculos temporários na estrutura administrativa indica não apenas uma escolha administrativa, mas também uma possível estratégia de gestão adaptada às condições socioeconômicas do município. A análise evidencia que a dependência desse tipo de vínculo não é episódica, mas sim persistente ao longo do tempo, reforçando seu papel central na organização do trabalho público local.

A análise da participação percentual das contratações temporárias permite identificar sua relevância na estrutura administrativa. No entanto, para compreender plenamente esse fenômeno, é fundamental situá-lo no contexto socioeconômico do município, o que será abordado na seção seguinte.

4.3 Vulnerabilidade socioeconômica e centralidade do emprego público

A análise da evolução das contratações temporárias no município de Pitimbu deve ser interpretada à luz do contexto socioeconômico local. Municípios de pequeno porte frequentemente apresentam características estruturais que ampliam a importância do setor público na organização da vida econômica e social.

Antes de abordar especificamente o caso do município de Pitimbu, é importante situá-lo no contexto mais amplo do estado da Paraíba. Assim como outros estados da região Nordeste, a Paraíba apresenta elevada heterogeneidade socioeconômica entre seus municípios, sendo marcada pela predominância de cidades de pequeno porte, com baixa diversificação produtiva e forte dependência de transferências intergovernamentais.

Em grande parte desses municípios, a administração pública desempenha papel central na geração de emprego e renda, configurando-se como um dos principais motores da economia local. A limitada presença do setor privado, aliada à restrita capacidade de arrecadação própria, contribui para a consolidação de um modelo no qual o poder público assume posição estruturante na organização da vida econômica e social.

Esse cenário é reforçado por indicadores socioeconômicos que apontam para níveis relevantes de vulnerabilidade social em diversas localidades do estado, incluindo elevado percentual da população com baixos rendimentos e limitada inserção no mercado formal de trabalho. Nesse contexto, decisões administrativas relacionadas à estrutura de pessoal podem adquirir impacto ampliado, influenciando não apenas a gestão pública, mas também a dinâmica social e política local. É nesse ambiente que se insere o município de Pitimbu, cujas características específicas serão analisadas a seguir.

Pitimbu possui população estimada em aproximadamente 17.166 habitantes, distribuídos em área territorial de 135,801 km², com densidade demográfica de cerca de 123 habitantes por km². O Produto Interno Bruto per capita do município foi estimado em R\$ 28.605,56, enquanto o salário médio mensal dos trabalhadores formais corresponde a aproximadamente 1,9 salários mínimos.³

Outro indicador relevante diz respeito à distribuição de renda da população. Dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE indicam que 52,4% dos habitantes possuem rendimento nominal mensal per capita inferior a meio salário mínimo, o que evidencia presença significativa de vulnerabilidade socioeconômica no município.

Esse cenário é reforçado pela estrutura do mercado de trabalho local. Informações provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) em 2021, indicam número relativamente reduzido de empregos formais no setor privado em comparação com o tamanho da população municipal⁴, indicando que o município de Pitimbu possui aproximadamente 2,4 mil vínculos formais de emprego, considerando o conjunto de atividades econômicas registradas no mercado de trabalho formal. Em contextos municipais de pequeno porte, esse

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas populacionais e indicadores socioeconômicos municipais. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2026.

⁴ Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Base de dados de vínculos formais de emprego (2021). Disponível em: <https://pdet.mte.gov.br/rais>. Acesso em: 2026.

quantitativo evidencia a relevância da administração pública na estrutura ocupacional local, uma vez que parcela significativa dos vínculos formais encontra-se associada direta ou indiretamente ao setor público municipal. A distribuição dos vínculos formais revela predominância de atividades ligadas à indústria, construção civil e serviços, setores que apresentam capacidade limitada de absorção da mão de obra.

Além das características socioeconômicas, a estrutura fiscal do município também reforça esse cenário. A análise da estrutura fiscal do município de Pitimbu, com base nos dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de 2024, evidencia um elevado grau de dependência em relação às transferências intergovernamentais. No referido exercício, a receita total do município foi de aproximadamente R\$ 158,5 milhões, dos quais cerca de R\$ 128,5 correspondem a transferências correntes oriundas da União e do Estado, representando aproximadamente 81% do total arrecadado.

Em contrapartida, a arrecadação própria do município - composta majoritariamente por receitas tributárias - apresentou valor significativamente inferior, situando-se em torno de R\$ 17 milhões, o que equivale a aproximadamente 11% da receita total. Essa arrecadação própria é formada, sobretudo, por tributos municipais, tais como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), além de taxas e contribuições de melhoria.

A discrepância entre essas fontes de receita revela que os recursos transferidos superam em mais de sete vezes a arrecadação própria municipal, indicando uma baixa capacidade de geração de receitas endógenas. A partir desses dados, é possível observar que a estrutura fiscal do município contribui diretamente para a centralidade do setor público na economia local. A baixa capacidade de arrecadação própria, aliada à forte dependência de transferências intergovernamentais, limita a autonomia financeira municipal e reforça a importância da administração pública como principal agente econômico. Nesse cenário, decisões relacionadas à ampliação do quadro de pessoal — especialmente por meio de vínculos temporários — tendem a adquirir relevância ampliada, tanto no plano econômico quanto no político.

Esse cenário é característico de municípios de pequeno porte, nos quais a limitada atividade econômica restringe a base tributária local, tornando a administração pública

fortemente dependente de recursos externos para a manutenção de suas atividades e prestação de serviços.

Nesse contexto, a elevada dependência fiscal reforça a centralidade do setor público na economia local, uma vez que os recursos transferidos financiam tanto a estrutura administrativa quanto a oferta de empregos formais. Tal configuração contribui para compreender o papel relevante das contratações temporárias no município, não apenas como instrumento administrativo, mas também como elemento inserido na dinâmica socioeconômica e política da região.

Diante disso, o emprego público tende a assumir papel particularmente relevante na estrutura econômica municipal. Em municípios caracterizados por restrição do mercado de trabalho privado e elevado grau de vulnerabilidade social, a administração pública frequentemente se torna uma das principais fontes de renda e oportunidades ocupacionais para a população local.

Essa característica estrutural pode ampliar significativamente a visibilidade social das decisões administrativas relacionadas à contratação de pessoal, intensificando sua repercussão no contexto político da região. Diferentemente de grandes centros urbanos, onde o mercado privado possui maior capacidade de geração de empregos, em municípios de pequeno porte a criação ou ampliação de vínculos públicos pode exercer impacto direto sobre a dinâmica econômica municipal.

A literatura em ciência política sugere que contextos dessa natureza podem intensificar a relação entre estrutura administrativa e dinâmica política (Stokes et al., 2013; Ames, 2003). Em ambientes caracterizados por elevada dependência do setor público, decisões relacionadas à distribuição de recursos administrativos podem adquirir relevância política ampliada.

Dessa forma, a combinação entre vulnerabilidade socioeconômica, restrição do mercado de trabalho privado e centralidade da administração pública contribui para compreender por que a evolução das contratações temporárias constitui elemento relevante para análise da dinâmica política municipal.

Para fins de contextualização mais ampla da estrutura ocupacional do município, também é possível considerar o conjunto dos vínculos diretamente relacionados à administração municipal, incluindo os cargos comissionados.

Tabela 5 - Participação ampliada do emprego público municipal no total de vínculos formais de trabalho em Pitimbu (2023).

Indicador	Quantidade
Empregos formais totais (RAIS 2023)	2.473
Contratações temporárias	1.018
Cargos comissionados	109
Total de vínculos municipais administrados pelo executivo	1.127
Participação no total de empregos formais	45,6%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do RAIS (MTE) e SAGRES - TCE-PB.

Nessa perspectiva ampliada, observa-se que os vínculos diretamente associados à administração pública totalizavam 1.127 postos de trabalho em 2023, o que corresponde a aproximadamente 45,6% do total de empregos formais registrados no município segundo a RAIS.

Esse resultado evidencia a elevada centralidade da administração pública municipal na estrutura ocupacional local, reforçando a importância do setor público como um dos principais vetores de geração de emprego formal em municípios de pequeno porte.

Compreendido o contexto socioeconômico e a centralidade do emprego público na economia local, torna-se possível avançar para a análise da relação entre essas características estruturais e a dinâmica do ciclo político municipal.

4.4 Contratações temporárias e dinâmica do ciclo político municipal

A evolução das contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu também pode ser analisada à luz da dinâmica política local e do calendário eleitoral. O período analisado compreende dois ciclos eleitorais municipais, ocorridos em 2020 e 2024, além dos anos intermediários de gestão e o período imediatamente posterior à reeleição da gestora municipal.

O primeiro ciclo eleitoral considerado corresponde às eleições municipais de 2020. Nesse período, o número de contratações temporárias registrado foi de 429 vínculos. Considerando também os contratos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), o total de vínculos temporários no município alcançava aproximadamente 652 contratos naquele ano. Nos anos imediatamente subsequentes observa-se expansão significativa desse tipo de contratação, alcançando 1.052 vínculos em 2021 e atingindo 1.179 em 2022, o maior valor registrado até então na série histórica analisada.

A comparação entre o número total de vínculos administrativos da administração municipal e o universo eleitoral do município permite dimensionar o peso relativo da máquina pública na estrutura social local. Embora o número de eleitores seja significativamente superior ao total de servidores públicos, observa-se que os vínculos administrativos — especialmente as contratações temporárias — representam parcela relevante da população economicamente ativa, reforçando a centralidade do setor público na organização econômica e política do município.

Esse crescimento ocorre em contexto de reorganização política local. Após o falecimento do prefeito eleito em 2020, a vice-prefeita assumiu o cargo de chefe do executivo municipal e passou a conduzir a administração local. Esse processo foi acompanhado por reconfiguração das relações políticas no município, incluindo o rompimento com o grupo político que anteriormente exercia influência na gestão municipal.

Em termos administrativos, o período posterior à reorganização política apresenta expansão significativa dos vínculos temporários, indicando possível ampliação da estrutura de pessoal da administração municipal. Embora a presente pesquisa não busque estabelecer relação causal direta entre decisões administrativas e dinâmicas políticas, a coincidência temporal entre reorganização política e crescimento das contratações temporárias constitui elemento relevante para análise.

Do ponto de vista analítico, observa-se que a evolução das contratações temporárias acompanha, em certa medida, os momentos-chave do ciclo político local. Embora não se estabeleça relação causal direta, a coincidência entre expansão desses vínculos e períodos estratégicos da gestão sugere a existência de uma dinâmica administrativa sensível ao contexto político, especialmente em municípios com elevada dependência do setor público.

A série histórica apresenta alteração em 2023, quando ocorre redução parcial do número de vínculos temporários, acompanhada de aumento expressivo no número de servidores efetivos. Esse movimento pode estar associado a processos administrativos internos, como realização de concursos públicos ou reorganização da estrutura de pessoal.

No ano eleitoral de 2024 observa-se novo crescimento no número de contratações temporárias, atingindo 973 vínculos. Embora inferior ao pico registrado em 2022, esse aumento coincide com o período eleitoral municipal, momento em que a gestora municipal buscava a reeleição.

O período imediatamente posterior ao pleito eleitoral apresenta novo crescimento das contratações temporárias, atingindo 1.110 vínculos em 2025, o maior valor registrado em toda a série histórica analisada. Esse resultado ocorre em contexto de reeleição da gestora municipal, indicando expansão da estrutura administrativa no período subsequente ao processo eleitoral.

Os dados referentes ao primeiro trimestre de 2026 indicam redução significativa no número de contratações temporárias, que passam a totalizar 671 vínculos. Essa diminuição pode sugerir processo de ajuste administrativo após o ciclo eleitoral, fenômeno frequentemente observado em administrações públicas após períodos de maior expansão do quadro de pessoal.

De forma geral, a análise da série histórica revela que as contratações temporárias apresentam variações relevantes ao longo do ciclo político municipal. Embora os dados não permitam estabelecer relação causal direta entre essas contratações e os resultados eleitorais, o comportamento observado mostra padrões que podem ser interpretados à luz da literatura sobre ciclos político-eleitorais e da centralidade da administração pública em contextos municipais caracterizados por vulnerabilidade socioeconômica.

A análise da evolução das contratações ao longo do ciclo político permite identificar padrões relevantes. A partir disso, a seção seguinte aprofunda a discussão ao examinar o potencial impacto da estrutura administrativa sobre o universo eleitoral do município.

4.5 Estrutura administrativa e potencial influência eleitoral

Além da análise da evolução das contratações temporárias e de sua relação com os ciclos políticos municipais, é relevante examinar o peso relativo da estrutura administrativa

local em relação ao universo eleitoral do município. Em municípios de pequeno porte, nos quais o setor público desempenha papel central na geração de emprego e renda, a dimensão da administração pública pode adquirir relevância não apenas administrativa, mas também política.

Nesse contexto, a comparação entre o número de vínculos administrativos temporários e o total de votos válidos registrados nas eleições municipais permite dimensionar o alcance potencial dessas contratações na dinâmica política local. Em localidades caracterizadas por menor diversificação econômica e maior centralidade do setor público, a distribuição de cargos e vínculos administrativos pode representar importante instrumento de inserção ocupacional e, simultaneamente, elemento relevante na organização das relações políticas.

No caso do município de Pitimbu, a soma das contratações temporárias registradas na Prefeitura Municipal e no Fundo Municipal de Saúde no ano de 2024 alcançou 973 vínculos. Quando considerados também os cargos comissionados, que correspondem a posições de livre nomeação no interior da estrutura administrativa municipal, o contingente total de vínculos ligados diretamente à gestão municipal torna-se ainda mais expressivo.

Nesse sentido, ainda que não seja possível estabelecer relação causal direta entre vínculos administrativos e comportamento eleitoral, a literatura em ciência política - responsável por fundamentar todo o estudo - aponta que a distribuição de recursos públicos, cargos e benefícios administrativos podem influenciar dinâmicas de apoio político em contextos caracterizados por elevada dependência do setor público e menor diversificação econômica (Stokes et al., 2013; Ames, 2003).

Para ampliar a compreensão do peso da estrutura administrativa municipal na dinâmica política local, a Tabela 5 apresenta a relação entre o número de vínculos administrativos associados à Prefeitura - incluindo contratações temporárias e cargos comissionados - e o total de votos válidos registrados nas eleições municipais de 2024.

Tabela 6 - Relação entre vínculos administrativos municipais e votos válidos nas eleições municipais de Pitimbu (2024).

Categoria	Quantidade
Temporários - Prefeitura	751
Temporários - FMS	222
Total de temporários	973
Cargos comissionados	136
Total de vínculos administrativos	1.109
Votos válidos (2024)	11.328
Participação dos temporários no universo eleitoral	8,59%
Participação dos vínculos administrativos totais no universo eleitoral	9,79%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SAGRES - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados indicam que apenas as contratações temporárias correspondem a aproximadamente 8,6% do universo de votos válidos registrados no município. Quando considerados também os cargos comissionados, o contingente de vínculos diretamente associados à estrutura administrativa municipal alcança cerca de 9,9% do eleitorado local, evidenciando a centralidade da administração pública na organização socioeconômica do município. Em contextos de pequeno porte, nos quais redes familiares e comunitárias apresentam forte densidade, a inserção de indivíduos na estrutura administrativa pode ampliar indiretamente o alcance social e político dessas posições.

Além da comparação direta entre vínculos administrativos e eleitorado, é possível realizar um exercício analítico hipotético para ilustrar o potencial alcance social dessas contratações. Em contextos municipais de pequeno porte, servidores públicos frequentemente

exercem influência política em seus círculos de convivência, incluindo familiares e membros do núcleo doméstico.

Nesse contexto, ainda que não seja possível quantificar de forma precisa o alcance eleitoral dessas relações, a presença de vínculos administrativos pode produzir efeitos indiretos nas dinâmicas sociais e políticas locais. A inserção de indivíduos na estrutura administrativa municipal tende a ampliar a visibilidade das decisões governamentais relacionadas à distribuição de cargos e oportunidades de trabalho, podendo influenciar a percepção dos indivíduos acerca da atuação governamental e da gestão pública em âmbito local.

Assim, embora as contratações temporárias representem diretamente cerca de 8,6% do universo de votos válidos registrados nas eleições municipais de 2024, seu impacto social pode ultrapassar esse percentual quando consideradas as redes familiares e comunitárias nas quais esses indivíduos estão inseridos. Em municípios de pequeno porte, onde as relações sociais apresentam maior proximidade e densidade, tais vínculos podem contribuir para ampliar a presença simbólica e política da administração pública na vida cotidiana da população.

É importante ressaltar que essa análise não pretende estabelecer relação causal direta entre contratações administrativas e comportamento eleitoral. Trata-se, antes, de uma reflexão sobre como a centralidade do emprego público em economias locais menos diversificadas pode ampliar a visibilidade social da gestão pública e reforçar a importância política da estrutura administrativa municipal.

A partir das análises desenvolvidas ao longo do trabalho, torna-se possível sistematizar os principais achados da pesquisa e refletir sobre suas implicações para a compreensão da relação entre administração pública e dinâmica política em contextos municipais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a evolução das contratações temporárias na administração municipal de Pitimbu entre os anos de 2020 e 2026, examinando sua relação com a estrutura administrativa local e com a dinâmica do ciclo político municipal. A análise foi realizada a partir de dados oficiais disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por meio do sistema SAGRES, permitindo observar o comportamento dos vínculos administrativos ao longo de diferentes momentos do ciclo político.

Os resultados evidenciam crescimento expressivo das contratações temporárias nos anos subsequentes ao ciclo eleitoral de 2020, com ampliação significativa desse tipo de vínculo na estrutura administrativa municipal. O período analisado demonstra que as contratações temporárias passaram a ocupar papel relevante na composição da força de trabalho da administração pública local, em diversos momentos superando inclusive o número de servidores efetivos.

A incorporação dos dados referentes ao Fundo Municipal de Saúde permitiu ampliar a compreensão da dimensão real dessas contratações, evidenciando que a expansão dos vínculos temporários não se restringe apenas à estrutura administrativa central da prefeitura, mas também alcança áreas estratégicas da administração municipal. Esse resultado reforça a importância de considerar diferentes unidades administrativas para compreender de forma mais abrangente a organização do emprego público no município.

A análise da evolução desses vínculos também permitiu identificar variações relevantes ao longo do ciclo político municipal. Observou-se expansão significativa das contratações temporárias nos anos imediatamente posteriores ao processo eleitoral de 2020, redução parcial em 2023 e novo crescimento no período associado ao ciclo eleitoral de 2024. Embora os dados não permitam estabelecer relação causal direta entre decisões administrativas e comportamento eleitoral, os padrões observados indicam que a dinâmica das contratações temporárias apresenta variações que acompanham diferentes momentos da gestão política municipal.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se ao peso da estrutura administrativa municipal na organização socioeconômica local. Em municípios de pequeno porte e com menor diversificação econômica, como é o caso de Pitimbu, o setor público frequentemente desempenha papel central na geração de emprego e renda. Nesse contexto, os

vínculos administrativos da prefeitura — incluindo contratações temporárias e cargos comissionados — assumem relevância não apenas administrativa, mas também social e política.

A comparação entre o número de vínculos administrativos e o total de votos válidos registrados nas eleições municipais de 2024 permitiu dimensionar o peso relativo da estrutura administrativa municipal no contexto eleitoral local. Os dados indicam que as contratações temporárias correspondem a parcela significativa do universo de eleitores do município, reforçando a centralidade do emprego público na estrutura socioeconômica local.

Além disso, em contextos de municípios de pequeno porte, as relações sociais tendem a apresentar maior proximidade entre indivíduos e grupos familiares. Dessa forma, a inserção de cidadãos na estrutura administrativa municipal pode ampliar a visibilidade social da gestão pública e das decisões relacionadas à distribuição de oportunidades de trabalho. Ainda que não seja possível estabelecer relação causal direta entre vínculos administrativos e comportamento eleitoral, tais condições estruturais podem contribuir para ampliar a presença simbólica e política da administração pública na vida cotidiana da população.

De maneira geral, os resultados da pesquisa reforçam a relevância da análise do emprego público em contextos municipais caracterizados por baixa diversificação econômica e elevada dependência do setor público. Nesses cenários, a estrutura administrativa municipal pode assumir papel central tanto na organização da economia local quanto na dinâmica das relações políticas.

Outrossim, a análise realizada evidencia a importância de estudos empíricos em nível municipal para a compreensão das dinâmicas entre administração pública e política local. A partir da observação direta dos dados e do contexto específico de Pitimbu, torna-se possível perceber como fenômenos discutidos na literatura se manifestam concretamente na realidade, reforçando a relevância de abordagens que integrem teoria e evidência empírica.

Por fim, o estudo contribui para ampliar o debate sobre a relação entre administração pública, estrutura ocupacional e dinâmica política em contextos municipais. Pesquisas futuras podem aprofundar essa análise por meio da ampliação do período de observação, da comparação com outros municípios de características semelhantes ou da incorporação de métodos qualitativos que permitam examinar com maior profundidade as percepções da população em relação à presença do setor público na economia local.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de.

Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5–38, 1988.

AMES, Barry.

Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego.

Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho>. Acesso em: 2026.

BRASIL. Tesouro Nacional.

Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Município de Pitimbu (PB), exercício de 2024. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2026.

FAORO, Raymundo.

Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de.

Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

Cidades e Estados: Pitimbu (PB). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2026.

LEAL, Victor Nunes.

Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NORDHAUS, William D.

The political business cycle. The Review of Economic Studies, Oxford, v. 42, n. 2, p. 169–190, 1975.

STOKES, Susan C.; DUNNING, Thad; NAZARENO, Marcelo; BRUSCO, Valeria.

Brokers, voters and clientelism: the puzzle of distributive politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE-PB.

Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES. Disponível em: <https://sagres.tce.pb.gov.br>. Acesso em: 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE.

Resultados eleitorais: eleições municipais de 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 2026.

WEBER, Max.

Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Emitido em 17/06/2026

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO) Nº 01/2026 - CCSA - CGP (11.00.52.01)
(Nº do Documento: 86)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/06/2026 15:46)
YLUSKA MAGALHAES GUEDES BRITO ALMEIDA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
1679264

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
86, ano: **2026**, documento (espécie): **DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO)**, data de emissão:
17/06/2026 e o código de verificação: **67a9315c32**